

MARIANA PARANHOS CALDERON

**LEI DE ACESSO À
INFORMAÇÃO
E SEU IMPACTO NA
ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA**

CAMPINAS/SP



2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Calderon, Mariana Paranhos

Lei de acesso à informação e seu impacto na
atividade de inteligência /

Mariana Paranhos Calderon -- 1. ed. -- Campinas, SP :

Millennium Editora, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-7625-314-3

1. Agente da polícia federal - Manuais 2. Direito à informação
3. Direito civil 4. Direito civil - Brasil 5. Responsabilidade civil
6. Serviço de inteligência I. Título

14-10671

CDU – 347.51

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Direito à informação : Responsabilidade civil : Direito civil 347.51

© Copyright by *Mariana Paranhos Calderon*

© Copyright by *Millennium Editora Ltda.*

Conselho Editorial

Coordenador: *Alencar Frederico*

Membros: *Antonio Carlos Mathias Coltro, Florisbal Del'Olmo, José Cretella Neto,*
Luiz Carlos Branco, Vladimir Passos de Freitas

Supervisão de Editoração

Alcibiades Godoy

Editoração

Leandro Falivene

Capa

MGDesign

Todos os direitos desta publicação reservados:

Millennium Editora Ltda.®

Av. Marechal Rondon, 473

Jd. Chapadão – 13070-172 – Campinas-SP

PABX/FAX: (19) 3229-5588

www.millenniumeditora.com.br

E-mail: editora@millenniumeditora.com.br

Sumário

Capítulo 1 – O Direito de Acesso à Informação	1
1. As limitações ao direito de acesso à informação	6
2. O direito de acesso à informação no Brasil	12
Capítulo 2 – A Lei de Acesso à Informação	19
1. A <i>mens legis</i> da Lei de Acesso à Informação	19
2. A distinção entre informações públicas e privadas	24
3. O não escopo da Lei de Acesso à Informação	27
4. A <i>accountability</i> e a Lei de Acesso à Informação	32
Capítulo 3 – A atividade de Inteligência e a Lei de Acesso à Informação ...	37
1. A Atividade de Inteligência	38
2. O sigilo na atividade de inteligência	41
3. A Lei de Acesso à Informação e sua implicação na atividade de inteligência na Polícia Federal	43
3.1. O âmbito de aplicação da Lei de Acesso à Informação	46
3.2. Autoridades classificadoras e delegação	48
3.3. Prazos de classificação de informação	50
3.4. O Termo de Classificação de Informação	54
3.5. Procedimento para a classificação de informações	59
3.6. Critérios para deferir o acesso à informação	61
3.7. Recursos previstos na Lei de Acesso à Informação	62
3.8. Informações Pessoais	63
3.9. Comissão Mista de Reavaliação de Informações	65
3.10. Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos	66
3.11. Destino final das informações desclassificadas	67
3.12. Tratamento das informações classificadas	70
3.13. Áreas, instalações ou materiais de acesso restrito	71
Capítulo 4 – Os Problemas Enfrentados pela Polícia Federal na Prática da Atividade de Inteligência	73
1. A elaboração do Termo de Classificação de Informação após o pedido de acesso à informação	74
2. Informação classificada por outra agência de inteligência	78

3. Credencial de segurança e o tratamento de informação sigilosa	80
4. Documentos de inteligência e identificação indireta da fonte	88
5. Tratados, acordos e atos internacionais e a classificação de informações	94
Capítulo 5 – Panorama Estatístico Trienal da Lei de Acesso à Informação .	103
1. Método	103
2. Estatísticas sobre os órgãos do Poder Executivo Federal	105
3. Estatísticas sobre a Polícia Federal	112
Considerações Finais	119
Referências	123
Anexo	129